

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARINA MARCHIORO GUARAGNA

**DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:
UMA ANÁLISE TEÓRICA**

Porto Alegre

2017

MARINA MARCHIORO GUARAGNA

**DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:
UMA ANÁLISE TEÓRICA**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Octávio Augusto Camargo Conceição

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Guaragna, Marina Marchioro
Desigualdade e Desenvolvimento Econômico: Uma
Análise Teórica / Marina Marchioro Guaragna. -- 2017.
51 f.
Orientador: Octávio Augusto Camargo Conceição.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Crescimento Econômico. 2. Desenvolvimento
Econômico. 3. Amartya Sen. 4. Nova Economia
Institucional. I. Conceição, Octávio Augusto Camargo,
orient. II. Título.

MARINA MARCHIORO GUARAGNA

**DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:
UMA ANÁLISE TEÓRICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido ao Curso de Graduação em
Economia da Faculdade de Ciências
Econômicas da UFRGS, como requisito
parcial para obtenção do título de
Bacharel em Economia.

Aprovado em: Porto Alegre, 22 de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Octávio Augusto Camargo Conceição – Orientador
UFRGS

Henrique Morrone
UFRGS

Stefano Florissi
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao professor Octávio Augusto Camargo Conceição por ter me orientado e me ajudado. Também aos professores Henrique Morrone e Stefano Florissi por aceitarem formar a banca examinadora.

Agradeço, também, a todos que me acompanharam no caminho até aqui. À minha família, que esteve ao meu lado em todos os momentos da minha vida. Aos meus amigos, por apoiarem e ajudarem quando preciso. E, principalmente, aos meus pais: Renato, pelo auxílio e compreensão ao longo de toda a faculdade e trabalho, e Miriam, por sempre me incentivar e acreditar que eu sou capaz.

RESUMO

O trabalho revisita as teorias do Desenvolvimento Humano de Amartya Sen e da Nova Economia Institucional, com o objetivo de mostrar o distanciamento dos conceitos de desenvolvimento econômico e crescimento econômico, aprofundar a questão da desigualdade e relacionar os estudos com a situação brasileira atual. É revisada a literatura acerca da desigualdade, crescimento econômico e desenvolvimento humano. Por meio de uma fundamentação teórica embasada nas teorias dos autores em foco e da análise de dados e estatísticas do Brasil, chega-se à conclusão de que as disparidades encontradas são reflexos e resquícios de antigas instituições do país.

Palavras-chave: Crescimento Econômico. Desenvolvimento Econômico. Amartya Sen. Nova Economia Institucional.

ABSTRACT

This work reviews Amartya Sen's theories of Human Development and New Institutional Economics. The main purpose is to indicate the detachment from the concepts of economic development and economic growth. This work also aims to probe issues such as inequality and connect to studies on Brazil's current situation. We will also be revising literature on inequality, economic growth and human development. Through a theoretical basis based on the work of the authors here revised and the analysis of data and statistics in Brazil, it is concluded that the discrepancies found are a reflex of old remaining institutions in the country.

Key-words: Economic Growth. Economic Development. Amartya Sen. New Institutional Economics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Número de Indivíduos Extremamente Pobres	13
Figura 1 – Taxa de Retorno para Cada Dólar Investido em Diferentes Idades	15
Gráfico 2 – IDHM Brasileiro segmentado por raças de 2010	36
Gráfico 3 – Desagregação de negros e brancos da porcentagem de extremamente pobres em 2010	37
Gráfico 4 – Taxa de Mortalidade Infantil Desagregação por Sexos	37
Gráfico 5 – Taxa de Analfabetismo e Abandono Escolar Precoce	41
Figura 2 – Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento do trabalho principal, por sexo, segundo os grandes grupos de ocupação do trabalho principal Brasil- 2010	42
Gáfico 6 – Evolução do número de vereadores eleitos segregados por gênero.	43

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DE AMARTYA SEN	10
2.1 LIBERDADES: O FIM E O MEIO PARA O DESENVOLVIMENTO	11
2.2 AS DUAS PERSPECTIVAS DA POBREZA	17
2.2.1 Pobreza Como Privação	17
2.3 SAÚDE, EDUCAÇÃO E POBREZA	20
2.3.1 A Desigualdade Além da Renda.....	21
3 AS INSTITUIÇÕES E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	21
3.1 O ANTIGO INSTITUCIONALISMO	23
3.2 O NEOINSTITUCIONALISMO	24
3.3 A NOVA TEORIA INSTITUCIONAL	26
3.4 AS INSTITUIÇÕES	27
3.5 AS FALHAS NO PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DENTRO DA SOCIEDADE	29
3.6 A RACIONALIDADE LIMITADA	31
3.7 AS INSTITUIÇÕES E O DESEMPENHO ECONÔMICO.....	32
4 A DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL	34
4.1 A DESIGUALDADE ALÉM DAS CLASSES	34
4.2 A QUESTÃO RACIAL.....	35
4.3 DESIGUALDADE DE GÊNEROS	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

Antes de Adam Smith, o conceito de desenvolvimento econômico nunca havia sido estudado com maior vigor, muito menos o de desenvolvimento humano. Na época, com o aumento da riqueza, houve aumento, também, da concentração de renda, o que fez com que as disparidades entre ricos e pobres se tornassem mais aparentes.

A questão do desenvolvimento econômico ficou ainda mais evidente com o início das crises econômicas. A partir do estudo dos ciclos, foi percebido que, em momentos de crescimento da economia, havia expansão da renda, do emprego e, conseqüentemente, do padrão de vida da sociedade. Já em fase de contração, ocorria a diminuição da atividade, resultando em demissões, diminuição da oferta de emprego, da renda e do bem-estar da população. Nesses momentos de contração, a classe trabalhadora sofria muito mais do que a dominante, acentuando as desigualdades já existentes. Além das crises, a Contabilidade Nacional também teve grande importância nesse processo, uma vez que passou a ser mensurada a renda per capita dos países e a ser feita a comparação entre esses dados. Juntamente com outros indicadores, como taxa de mortalidade infantil, de natalidade e de analfabetismo, originou-se a classificação de país desenvolvido e subdesenvolvido. Diferentemente do crescimento, o desenvolvimento econômico é um processo muito lento e gradual, pois envolve diversos fatores e necessita de um bom desempenho de todas as classes da sociedade, dado que o desenvolvimento requer não somente a melhoria nos padrões de vida da população, mas também uma mudança geral nas estruturas econômicas, políticas, sociais e institucionais, fazendo-se necessário um processo de integração de todas as áreas da economia (BLANCHARD, 2011).

No presente trabalho, aprofundar-nos-emos em duas linhas de pensamento diferentes, sendo elas a da Teoria do Desenvolvimento Humano, de Amartya Sen, e a Nova Economia Institucional, com foco nas ideias de Douglass North. Nessa primeira análise teórica, focaremos nas questões sociais, como a pobreza, a fome, a miséria e a educação, buscando explorar as diversas maneiras pelas quais a desigualdade se manifesta. Serão estudados os conceitos de liberdade, privações e capacitações, essenciais para um melhor entendimento da desigualdade como um todo. Ao tratar da Nova Teoria Institucional, o foco será voltado para o papel das instituições na articulação social, nos custos de transação e nas falhas ocorridas

nessas atuações. Mostraremos o quão importante é a presença da eficiência na interação entre as organizações e, também, o efeito disso sobre a impulsão e sustentação de um bom desempenho econômico.

Por fim, analisaremos dados e estatísticas do Brasil, sobre desigualdades de gênero e raciais. Até que ponto a renda traz bem-estar, liberdades e melhores condições de vida? As instituições e políticas brasileiras conseguem diminuir as disparidades ou há algo muito além, enraizado em nossa sociedade, que impede melhorias? Esses são alguns dos questionamentos que serão estudados.

2 A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DE AMARTYA SEN

Por muito tempo, o utilitarismo regeu a teoria do bem-estar social. Esse pensamento baseia seus resultados na “felicidade total” da população, não se preocupando com questões como distribuição de renda e direitos entre os indivíduos. Nos anos 70, John Rawls fez surgir pensamentos que se opunham a essa ortodoxia, fazendo uma crítica ao utilitarismo em sua obra “Uma Teoria de Justiça”. A partir da abordagem utilizada por Rawls, Sen criou a sua teoria em cima da ideia das capacitações, prezando por uma análise da situação dos indivíduos em particular e visando sempre a equidade. Por mais que seja difícil e trabalhoso inserir na avaliação da desigualdade as características da diversidade humana que existem dentro da sociedade, é extremamente importante e necessário que isso seja feito.

Por mais que não seja uma teoria tão recente, segundo Comim (2011), os pensamentos de Sen sequer foram assimilados no que diz respeito à política brasileira. Assim:

Seus pesquisas [as de Sen] ainda não foram absorvidas pela política pública no nosso país; nós continuamos medindo a pobreza da maneira que se media na década de 1950; permanecemos tratando a desigualdade em termos unidimensionais; continuamos vendo a educação apenas como item de mercado, de formação de capital humano; desconsideramos ainda todos os aspectos relativos à saúde [...], o envolvimento dos próprios cidadãos como parte, não do problema, mas da solução, para o desenvolvimento humano [...] Os ensinamentos mais importantes de Sen, apesar de conhecidos na academia brasileira, ainda não aterrissaram na política pública e talvez esse seja o maior desafio dos próximos anos: compreender melhor o que ele diz e dar um sentido de uso às ideias que sejam relevantes para o desenvolvimento do Brasil (COMIM, 2011, p. 60).

Nesse capítulo será abordada a teoria do desenvolvimento humano de Amartya Sen, uma abordagem que coloca em primeiro plano fornecer a todos os indivíduos da sociedade as mesmas liberdades e oportunidades, não só pelos benefícios que essas provisões trazem como um produto, mas, também, pelo aspecto humanitário de cada ação. Aqui, o desenvolvimento econômico não é visto apenas como uma questão de bem-estar nas áreas da saúde, educação, aumento de renda pessoal ou qualidade de vida. Além disso, é um processo de ampliação das liberdades individuais. Para o autor, nem o aumento da renda per capita e, muito menos, o crescimento do produto bruto do país são objetos finais: eles são meios para a expansão das liberdades.

2.1 LIBERDADES: O FIM E O MEIO PARA O DESENVOLVIMENTO

A liberdade, na visão de Sen (2011), é muito importante por dois motivos. Primeiramente, ela dá a oportunidade de decidir como se quer viver e o que traz bem-estar, além de permitir alcançar os objetivos almejados. O outro aspecto diz respeito ao direito de decisão: pode-se escolher o que se deseja optar sem ser forçado a determinadas escolhas, seja por pressão, seja por falta de opções. Essas duas visões são extremamente relevantes e merecem atenção. Afinal, o fato de um indivíduo ter culminado no resultado que desejava não significa que ele tenha feito isso pelo meio que queria e nem que ele teve o direito de escolha.

Podemos definir de forma mais ampla a oportunidade – e acredito que com maior plausibilidade – quanto à realização de “resultados abrangentes”, levanto em conta também a forma como a pessoa atinge a situação culminante (por exemplo, quer através de sua própria escolha, quer por meio dos ditames dos outros). (SEN, 2011, p. 264).

Para exemplificar esse caso, pode-se usar a situação da não permissão do casamento entre duas pessoas do mesmo gênero, como ocorre no Brasil. Imaginemos um casal de mulheres que não planejam se casar, em um país que não seja legalizado o casamento gay. O fato de que elas não vão se casar não está apenas na falta de desejo de ambas para tanto, pois, mesmo que quisessem, não seria permitido. O meio como chega-se ao resultado culminante, nessa abordagem, tem grande importância, uma vez que busca-se dar maior atenção para aquilo que cada pessoa valoriza.

Sen utiliza, ao longo de seu trabalho, a abordagem das capacitações. O foco dessa ideia é dar ao indivíduo a liberdade para realizar ou ser aquilo que deseja. Entretanto, vai além disso: a liberdade, nesse caso, diz respeito também às pessoas serem livres para decidirem o que querem escolher. Essa abordagem possui um foco informacional, feito para avaliar as vantagens e desvantagens individualmente, mas não propõe uma maneira exata de como essas informações devem ser utilizadas. A questão das vantagens refere-se ao fato de que uma pessoa que tem menor capacidade e oportunidade de realizar o que valoriza é considerada uma pessoa que tem menos vantagens. Ao analisar as individualidades, é preciso lembrar que levar em conta todo o conjunto de capacidades é muito importante, uma

vez que não basta o indivíduo possuir certas liberdades e, simultaneamente, ser privado de outras liberdades básicas.

A capacidade na qual estamos interessados é nosso potencial de realizar várias combinações de funcionamentos que possamos comparar e julgar entre si com relação àquilo que temos razão para valorizar. (SEN, 2011, p. 267).

Em última instância, devemos saber que a abordagem das capacitações tem seu foco nessa capacidade de realização do conjunto de funcionamentos que o indivíduo valoriza (SEN, 2011). Entretanto, sabemos que, para fins analíticos e percepções de disparidades em determinadas áreas, um estudo segmentado das capacitações como da fome, pobreza e educação pode trazer resultados relevantes.

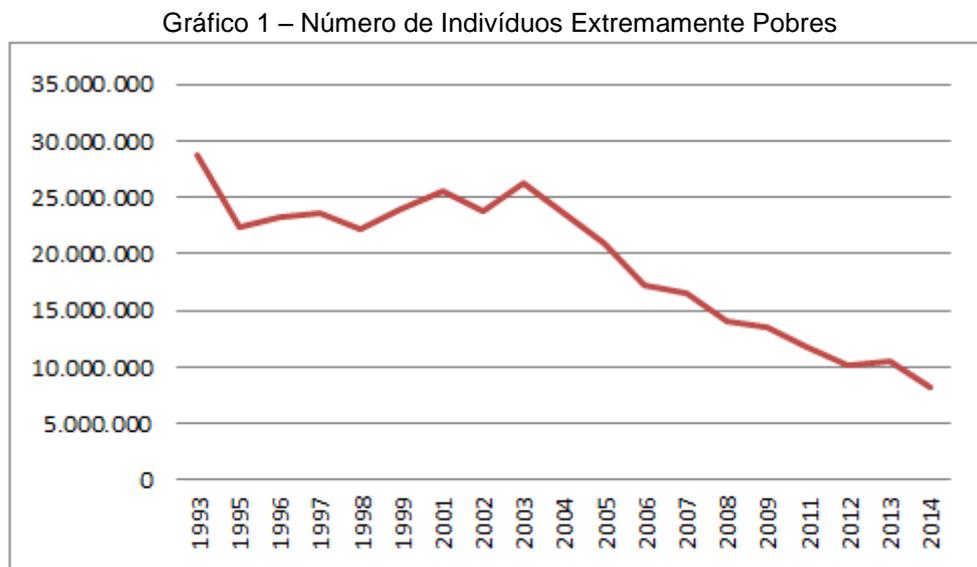
Ao dar início ao aprofundamento na teoria de Amartya Sen, é importante diferenciar alguns fatores referentes à desigualdade e às liberdades. Um indivíduo que possui renda suficiente para sobreviver de forma tranquila pode não ter as liberdades necessárias para atingir as realizações desejadas que acarretariam o seu bem-estar. Isso se dá pelo fato de que cada pessoa tem um conjunto de desejos individuais e únicos que lhe trazem satisfação. Por outro lado, outro indivíduo, que se considera feliz e realizado em relação aos seus desejos, pode não ter as liberdades que lhe dão acesso à educação e à alimentação decentes, sendo privado das suas necessidades básicas. Diante disso, é perceptível que a renda não é o fim, mas, sim, um dos meios existentes para alcançar aquilo que uma pessoa deseja.

O desenvolvimento é visto como um processo de expansão das liberdades individuais. O aumento das rendas pessoais pode ter um papel fundamental para auferir essa expansão necessária para o desenvolvimento, porém, sozinho, não é o suficiente para abranger a ampliação de todas essas liberdades.

[...] a expansão da liberdade é considerada (1) o fim primordial e (2) o principal meio do desenvolvimento. Podemos chamá-los, respectivamente, o “papel construtivo” e o “papel instrumental” da liberdade no desenvolvimento. O papel construtivo relaciona-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como por exemplo ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição [...] bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão etc. [...]. (SEN, 2015, p. 55).

O papel “instrumental” diz respeito a alguns direitos e oportunidades que compõem a liberdade humana. Neles estão incluídos: garantia de segurança e justiça, liberdades políticas, oportunidades sociais e facilidades econômicas. Essas liberdades instrumentais podem parecer menos importantes na construção do desenvolvimento como um todo. Entretanto, elas possuem um papel muito importante, uma vez que a privação do acesso às facilidades econômicas pode resultar em perda de oportunidades sociais e de outras liberdades (SEN, 2015).

No Brasil, grande parte da população vive abaixo da linha da pobreza extrema (miséria). Nessa abordagem, são consideradas miseráveis as pessoas que vivem com renda inferior ao suficiente para suprir suas necessidades calóricas mínimas para sobrevivência. Na linguagem usada por Sen, isto representa os indivíduos que sofrem a privação da capacidade básica de suprir sua fome, que, como vimos, é uma liberdade substantiva. Abaixo, segundo os dados do IPEA (2017), temos o Gráfico 1, que mostra a redução da quantidade de indivíduos pertencentes a esse grupo entre os anos 1993 e 2014. No eixo vertical consta o número de pessoas abaixo da linha da pobreza extrema e, no horizontal, os anos.



Fonte: Elaborado pela autora (2017) com base em IPEA.

Nessa situação, pode-se ver que a renda não é somente um critério para definir a pobreza, como acontece em visões mais tradicionais do desenvolvimento econômico. Ela aparece como um fator para uma privação, uma vez que não permite aos indivíduos suprirem as suas capacidades básicas, como, no caso, evitar a fome. É importante ressaltar que, aqui, estamos tratando de uma liberdade básica

e necessária, mas que isso deve ser aplicado a qualquer tipo de direito, sendo ele essencial ou não para a sobrevivência de um ser humano.

Na questão das liberdades, é interessante atentar para o fato de que certos direitos não devem ser concedidos a um indivíduo apenas se ele estiver necessitando deles em determinado momento. Por exemplo, uma pessoa não precisa necessariamente desejar usufruir da sua liberdade política imediatamente para ter direito a ela. Entretanto, o fato de ela não ter esse direito de escolha já é uma privação (SEN, 2015). Usa-se, novamente, a situação do casamento entre duas pessoas do mesmo gênero para exemplificar esse caso. A questão reside em que não é necessário que um casal formado por dois homens queira se casar para que isso deva ser permitido. Esse direito deve existir mesmo que o casal não deseje se casar, pois o simples fato de não existir a liberdade de escolha constitui uma privação. Junto a isso, independentemente do quanto cada liberdade de uma pessoa afeta direta ou indiretamente o desenvolvimento econômico, todas são importantes para esse processo e para o indivíduo e, portanto, não devem ser relevadas.

O outro papel da liberdade é ser um meio para o desenvolvimento, chamado também de papel instrumental, que diz respeito a pequenas liberdades que, juntas, formam a liberdade global de um indivíduo.

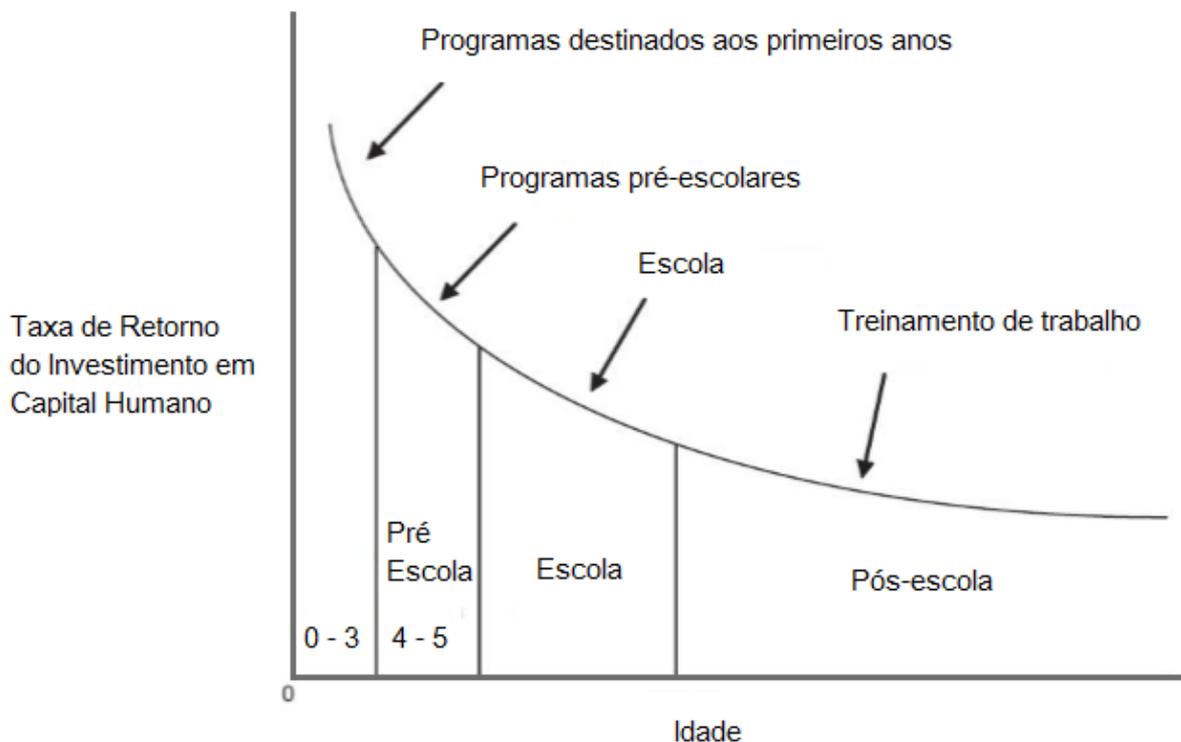
Essas relações são essenciais para uma compreensão mais plena do papel instrumental da liberdade. O argumento de que a liberdade não é apenas o objetivo primordial do desenvolvimento, mas também seu principal meio, relaciona-se particularmente com esses encadeamentos. (SEN, 2015, p. 58).

O ponto crucial reside no fato de que cada uma delas contribui na promoção de outras liberdades. Não é apenas sobre o quão necessária cada uma delas é para o desenvolvimento, mas, também, sobre o poder de encadeamento que possuem entre si, em que a conquista de uma acarreta a conquista de várias outras. Segundo Sen (2015), as oportunidades sociais, que são caracterizadas pelas concessões nas áreas como saúde e educação, não são importantes apenas para a expansão das liberdades substantivas do indivíduo, mas, também, geram uma melhor participação da população na área da política, por exemplo.

Nesse ponto, há uma das principais distinções da teoria do Desenvolvimento Humano em relação às teorias mais tradicionais. No livro *Desenvolvimento Como Liberdade*, é mostrado o crescimento econômico como sendo o início de um

encadeamento de liberdades, começando pelas transações econômicas, que aumentam rendas, acarretando em expansão dos serviços sociais e causando melhorias nas condições de vida da população. A educação, usada por ele como exemplo, mostra muito bem os dois papéis da liberdade, pois, ao mesmo tempo que sua expansão agrega maior conhecimento e capital social, impulsionando e sendo meio para o desenvolvimento, ela também é fim primordial desse processo. Políticas sociais que visam a melhoria da qualidade de vida da população, principalmente das que convivem com piores condições, geram, também, de maneira indireta e a longo prazo, melhorias no desempenho do país como um todo.

Figura 1 – Taxa de Retorno para Cada Dólar Investido em Diferentes Idades



Fonte: Elaborado pela autora (2017) com base em Heckman (2008).

Ao fazer uma breve análise da Figura 1, pode-se ver que um investimento em educação, por menor que seja, trará grandes retornos em capital humano. Mesmo assim, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2016), em 2015, o Brasil seguiu tendo altos números de crianças, jovens e adultos com baixos níveis de escolaridade, como pode-se conferir na Tabela 1:

Tabela 1 - Estudantes de 4 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o nível e a rede de ensino que frequentavam - 2014-2015

Nível e rede de ensino que frequentavam	Estudantes de 4 anos ou mais de idade					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2015						
Números relativos (%)						
Total ⁽¹⁾	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pública ⁽¹⁾	75,9	84,7	77,8	73,2	74,7	72,1
Particular ⁽¹⁾	24,1	15,3	22,2	26,8	25,3	27,9
Maternal, jardim de infância, etc.	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pública	72,1	79,6	65,8	75,0	77,2	65,8
Particular	27,9	20,4	34,2	25,0	22,8	34,2
Fundamental e classe de alfabetização	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pública	85,3	92,6	84,2	83,3	87,7	84,4
Particular	14,7	7,4	15,8	16,7	12,3	15,6
Médio	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pública	88,1	94,0	90,0	86,9	85,4	83,9
Particular	11,9	6,0	10,0	13,1	14,6	16,1
Superior ⁽²⁾	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pública ⁽²⁾	25,3	30,9	31,9	21,1	23,5	26,6
Particular ⁽²⁾	74,7	69,1	68,1	78,9	76,5	73,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2014-2015). (2016).

⁽¹⁾ Inclusive as pessoas que frequentavam cursos de alfabetização de adultos, pré-vestibular ou creche.

⁽²⁾ Inclusive os estudantes de curso de mestrado ou doutorado.

Para ilustrar a importância da provisão da educação para o desenvolvimento de uma economia, Sen (2015) utiliza como exemplo o desenvolvimento Japonês. O país apresentava taxas de alfabetização superiores às da Europa, em uma época em que esta já estava em processo de industrialização, ao passo que o Japão ainda não havia iniciado o seu. Com o investimento em provisões sociais para gerar oportunidades, o desenvolvimento econômico japonês foi claramente impulsionado e sustentado pelo seu bom desempenho na área dos recursos humanos. Esse exemplo contraria e abala a crença que a maior parte das teorias econômicas tem: de que a expansão da educação, saúde e bem-estar são privilégios de países ricos (SEN, 2015).

Portanto, a renda auferida pelo indivíduo não deve ser o único método de mensuração para o bem-estar do mesmo. A verificação do conjunto de capacidades e oportunidades para realizar o que cada grupo valoriza individualmente pode ser

um meio mais eficaz no que diz respeito à análise de qualidade de vida de uma população.

2.2 AS DUAS PERSPECTIVAS DA POBREZA

Outro ponto que diferencia essa teoria das tradicionais é a maneira como a pobreza é vista, possuindo duas perspectivas: pobreza como baixo nível de renda e como uma privação de diversas liberdades e capacidades. A relação entre quantidade de renda e privações é variável entre sociedades e até entre indivíduos de uma mesma comunidade, podendo também ser afetada por outros fatores, como ações sociais, localidade, sexo e idade. Sen (2011) ressalta o fato de que, na maior parte das situações, dar os mesmos recursos para indivíduos diferentes não significa dar a mesma oportunidade para eles, pois existe um leque de diversos elementos que determina o quanto esses recursos poderão ser benéficos para cada pessoa.

Na maior parte das teorias econômicas, a pobreza é vista apenas como o baixo nível de renda, analisada apenas por meio de cálculos e estatísticas. Já Amartya Sen (2011) defende a ideia de que ela significa e expõe muito mais do que isso e, por esse motivo, deve ser estudada mais a fundo, dando maior atenção para os detalhes e as variações na situação de cada indivíduo especificamente.

Nesta senda, verificam-se as seguintes perspectivas.

2.2.1 Pobreza Como Privação

Amartya Sen cita três argumentos na defesa da utilização da pobreza como privação de capacidades:

- 1) A pobreza pode sensatamente ser identificada em termos de privação de capacidades [...].
- 2) Existem *outras* influências sobre a privação de capacidades – e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades).
- 3) A relação entre baixa renda e baixa capacidade é *variável* entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos [...]. (SEN, 2015, p. 120–121).

Esse terceiro ponto merece um foco maior em quatro aspectos. Segundo Sen (2012), foi Karl Marx que trouxe uma maior atenção para as individualidades das

peças dentro das divisões sociais. Comumente, as classes são divididas pela detenção da riqueza ou dos fatores de produção, sem maiores preocupações com as variações intergrupais, caracterizadas pelas necessidades e capacidades de cada indivíduo em específico. Para ele, Marx traz a questão de que igualdade de remuneração ou recompensa para o operário não significa igualdade de satisfação.

O primeiro aspecto diz respeito a essas diferenças sociais, de gênero, de faixa etária ou questões epidemiológicas. Pessoas que têm algum tipo de doença possuem maior dificuldade para auferir renda. Nesse caso, se o governo não dá os remédios necessários ou algum tipo de assistência e o indivíduo ainda possui um baixo nível de rendimentos, essa dificuldade se torna uma privação ainda maior. Esse último caso caracteriza o segundo ponto, que é a junção de fatores desvantajosos, como a enfermidade e a privação de renda. Se considerarmos que essa pessoa já está em idade avançada e possui a responsabilidade de sustentar a sua família, o contexto é ainda mais grave, uma vez que adiciona mais um fator de desvantagem.

Em terceiro lugar, também é importante ressaltar que pode haver desequilíbrios na distribuição de renda dentro da própria família. Esse é um cenário muito comum na questão dos gêneros em alguns países, em casos em que os homens se apropriam da maior parte da renda familiar.

O quarto aspecto é que, ao analisar um país mais desenvolvido, muitas vezes o nível de renda dos pobres é elevado quando comparado ao de países subdesenvolvidos. Entretanto, quando é feita apenas uma análise numérica, não é considerado que as pessoas que vivem na miséria dos desenvolvidos convivem com preços altos, tornando mais difícil suprir suas necessidades básicas. Além disso, o padrão de vida é elevado. Os indivíduos, em geral, têm maior poder aquisitivo, resultando em maior consumo de bens. Nessas sociedades, a exclusão social fica mais aparente, pois, para fazer parte do convívio social, as pessoas que não têm capacidade nem de suprir suas privações, teriam que possuir bens totalmente fora de seu alcance (SEN, 2015). Por todos esses motivos, pode-se concluir que uma simples mensuração do nível de renda não mostra a real condição da população, pois ela pode ser muito mais grave do que os números apontam. Para Sen, a devida importância que deveria ser dada a esses quatro fatores a respeito das diversidades individuais, não é efetiva:

Os papéis de heterogeneidades pessoais, diversidades ambientais, variações no clima social, diferenças de perspectivas relativas e distribuições na família têm de receber a séria atenção que merecem na elaboração das políticas públicas. (SEN, 2011, p. 148).

A pobreza, além de causar diversas privações, diminui a capacidade dos indivíduos que convivem com ela. O acesso dos pobres à educação, por exemplo, tem o poder de aumentar as capacidades dos mesmos, dando a eles a oportunidade de conseguir gerar mais renda, por meio do aumento de sua produtividade. Quando a baixa renda inibe os indivíduos do acesso à educação, ela está atuando também como um fator indireto de privação, agravando o efeito da pobreza sobre os indivíduos. Aqui, verifica-se a pobreza atuando de duas maneiras: como causa de uma privação e como resultado desta. Isto é, o indivíduo pode não conseguir estudar por falta de renda e, ao mesmo tempo, não ser capaz de aumentar a sua renda por não ter o acesso necessário à educação. Esse acesso o capacitaria a elevar a sua produtividade e, assim, ter maior potencial de gerar renda. Nesse caso, algo que poderia ser um meio para que a pessoa pudesse auferir renda, torna-se mais um empecilho para tanto (SEN, 2011).

Essa assistência social à população é muito importante para o desenvolvimento. Se há crescimento econômico com uma boa base de sustentação nas áreas da educação e saúde, os investimentos que forem realizados terão resultados muito maiores, pois a população estará mais preparada para recebê-los. Provavelmente, os indivíduos que receberam auxílio possuirão mais conhecimento, melhores condições de vida e maior capacidade para aumentar a sua produtividade, impulsionando ainda mais o desenvolvimento e crescimento econômico. É importante ressaltar que esse segundo não é o único meio para a redução da pobreza. A adoção de políticas de redistribuição e a expansão do acesso à saúde e à educação são uma maneira muito eficiente de reduzir a miséria.

Por fim, é preciso sempre ter em mente que a diminuição da pobreza não é uma finalidade apenas no quesito econômico, uma vez que a sua maior relevância é no que traz com ela: a diminuição das privações e as melhores condições de vida.

2.3 SAÚDE, EDUCAÇÃO E POBREZA

Na obra *As Pessoas em Primeiro Lugar* (2010), é abordada a questão da saúde como sendo um indicador de sucesso ou fracasso no desenvolvimento econômico, em que os trabalhos de James Grant, líder do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), são usados como base para dar início ao capítulo. Grant ressaltava o fato das mortes prematuras de crianças e jovens, causadas pelas condições precárias de vida em que se encontravam e pelo baixo nível de renda. Uma vez que não é constituída apenas pela pobreza, essa situação pode ser atenuada por meio de intervenções políticas pontuais, que podem trazer bons resultados mesmo sem um incremento na renda total (SEN; KLIKSBURG, 2010).

Muitas teorias defendem que o crescimento da renda é o primeiro passo para que haja diminuição das desigualdades, acreditando, inclusive, que é necessário antes haver esse aumento para que depois haja distribuição. Aqui, defende-se o lado contrário, de que não é essencial haver crescimento econômico para que haja diminuição das disparidades. Como foi visto anteriormente, o conceito de pobreza engloba diversas dimensões, como a saúde, educação, miséria e exclusão social. Quando esse lado é verificado, é possível acreditar que, em muitos casos, políticas de inclusão social e provisão de serviços são muito mais efetivas e possíveis do que incrementos na renda total do país. Em uma situação em que uma mulher solteira, com a responsabilidade de sustentar sua família, constituída por três filhos e uma mãe idosa com problemas de saúde devido à idade, uma garantia do acesso aos estudos para os filhos e a assistência social para sua mãe podem possuir um valor muito maior do que um incremento na renda. Além disso, a provisão de estudos para jovens e uma boa organização pública, podem ser um meio muito eficiente para trazer bons resultados no combate à pobreza. Por isso, é de grande relevância lembrar que o desenvolvimento não está associado simplesmente a fatores econômicos como aumento do PIB ou níveis de inflação controlados. (SEN; KLIKSBURG, 2010).

Portanto, segundo os autores, é sempre muito relevante uma análise específica da situação dos indivíduos no momento da criação das políticas que visam o aumento do bem-estar e das oportunidades de cada grupo.

2.3.1 A Desigualdade Além da Renda

Para Amartya Sen (2015), as teorias econômicas, em geral, dão atenção suficiente para a questão da desigualdade. Entretanto, isso não é o bastante, uma vez que o foco dessa atenção é apenas na desigualdade de renda.

Se há motivo de queixa, ele reside sobretudo na importância relativa que se atribui, em boa parte dos trabalhos de economistas, à desigualdade em uma esfera muito restrita, a esfera da desigualdade de renda. Essa limitação tem o efeito de contribuir para que se negligenciem outros modos de ver a desigualdade e a equidade, modos que influenciam de maneira muito mais abrangente a elaboração das políticas econômicas. Os debates sobre políticas realmente têm sido distorcidos pela ênfase excessiva dada à pobreza e à desigualdade medidas pela renda, em detrimento das privações relacionadas a outras variáveis como desemprego, doença, baixo nível de instrução e exclusão social. [...] a identificação de desigualdade econômica com desigualdade de renda é muito comum em economia, e as duas muitas vezes são efetivamente consideradas a mesma coisa. (SEN, 2015, p. 146).

No último capítulo do presente trabalho, será abordada mais a fundo a questão da desigualdade no Brasil, que vai muito além da renda, abrangendo fatores como gênero, raça, idade e localidade. Em sua obra *Desenvolvimento Como Liberdade* (2015), Sen faz questionamentos a respeito de até que ponto a renda é um bom critério para mensuração e comparação de disparidades. É sabido, por exemplo, que a desigualdade de raças nos Estados Unidos é muito grande. A população negra, em geral, vive uma situação de exclusão social. Entretanto, se formos comparar a renda dessa comunidade com a dos Chineses pobres, mesmo com a aplicação de ajuste dos preços, esses últimos possuem um nível muito inferior. Por outro lado, a probabilidade de um negro Norte Americano chegar a vida adulta é bem menor do que a de um Chinês (SEN, 2015). Por isso, as diferenças entre taxas de mortalidade podem apontar desigualdades profundas quando se tratam de gêneros, classes e raças, uma vez que a mortalidade caracteriza a privação a vida.

É de grande importância ressaltar o quão relevantes são as individualidades de cada pessoa, as diversidades dos locais onde residem e das sociedades em que se encontram antes de fazer qualquer tipo de mensuração de desigualdades. Afinal, existe um leque de fatores que influenciam o quão benéfica será a oportunidade e capacidade dadas ao indivíduo. Portanto, todas essas nuances das condições

sociais e biológicas do ser humano devem ser devidamente analisadas para que as políticas formuladas obtenham melhores resultados no que diz respeito à diminuição das desigualdades sociais.

3 AS INSTITUIÇÕES E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O Institucionalismo possui três correntes principais: o Institucionalismo clássico Norte Americano, o Neoinstitucionalismo e a Nova Teoria Institucional. As duas primeiras se diferem da última corrente por serem teorias mais heterodoxas, pois foram criadas com o intuito de criar um contraponto ao Neoclassicismo, que era a teoria mais aceita até então. A ideia principal delas era se opor às premissas básicas utilizadas, que eram da racionalidade substantiva e do equilíbrio ótimo. O Institucionalismo trouxe para a economia a visão de que existem incertezas e relações conflitantes entre as organizações. A Nova Economia Institucional, diferentemente das predecessoras no Institucionalismo, não recusa todos os princípios utilizados pela teoria Neoclássica; ela aceita alguns pontos e os complementa.

3.1 O ANTIGO INSTITUCIONALISMO

Thorstein Veblen começa seus trabalhos por meio da negação dos preceitos Neoclássicos. Segundo o autor, esses acreditam em uma concepção errônea da natureza do ser humano, idealizando-o como um ser passivo e imutável (CONCEIÇÃO, 2002b).

Para Conceição (2002b), Veblen tem sua teoria baseada em três principais pontos: a crítica ao Neoclassicismo no que se refere a maneira como são vistas e tratadas as instituições; na forma que ocorrem as mudanças e o crescimento causado por elas, que não é de maneira estável nem equilibrada; e, por fim, a atenção dada a evolução econômica juntamente com a evolução tecnológica. Aqui, encontra-se o fim da crença em um equilíbrio perfeito e o nascimento da ideia de que a mudança é necessária para o desenvolvimento.

A sociedade atual pela evolução constante de suas relações e instituições, atrelada a uma seleção natural, molda e define o seu próprio futuro. Não só as organizações são mutáveis, mas os indivíduos também. As pessoas sofrem transformações constantes, dadas por seus instintos, cultura e influenciadores externos, como as instituições. Veblen possui uma forte influência da teoria evolucionista e vê a economia como um processo adaptativo, uma vez que ela, assim como a sociedade como um todo, possui capacidade de alteração e

adaptação constantes. As instituições são vistas por ele como um conjunto de regras e leis e suas respectivas evoluções, sendo constituídas por culturas e hábitos que, com o tempo, se institucionalizam (CONCEIÇÃO, 2002b).

Além da questão da mutação da economia e da sociedade, Veblen também adiciona em sua teoria a ideia da seleção natural. As instituições, aqui, sofrem mudanças graduais em suas estruturas e, como em uma luta pela sobrevivência, evoluem para sobreviver à seleção adaptativa. É de se ressaltar que o fato de haver mudanças constantes não exclui a existência de uma seleção natural. As instituições estão sempre se adaptando, mas, como em qualquer lugar com competição, as menos adaptadas estão sempre sujeitas a crises, rupturas inesperadas e desaparecimentos (CONCEIÇÃO, 2002b).

3.2 O NEOINSTITUCIONALISMO

O Institucionalismo, após 40 anos sem estar ativamente em pauta, ressurgiu nos anos 60, na forma do Neoinstitucionalismo. Nele há um prosseguimento da linha de pensamento de Thorstein Veblen, em uma visão semelhante, porém complementar às ideias antigas. Nesse momento, são trazidos novamente à tona alguns pensamentos que estavam esquecidos, aproximando-se bastante do institucionalismo de vários anos atrás. Esses autores, assim como os anteriores, se opõem à ortodoxia do contexto em que se encontram, recusando, mais uma vez, as premissas que acreditam em uma sociedade e economia constituídas por equilíbrio, sistema estático, indivíduos autônomos e que não sofrem com as incertezas, além da falta de relevância de fatores circunstanciais, como a época, o tempo e o lugar em que se encontram determinadas instituições e comunidades. As atenções voltam-se novamente para a incerteza, as constantes mutações do sistema e ao dinamismo da economia e das interações sociais. Muitos autores e pensamentos estão reunidos nessa classificação do Neoinstitucionalismo e, em meio a algumas diferenciações e nuances entre as teorias, ressalta-se em comum a ideia de que a economia não é um mecanismo estático e que não existe um equilíbrio. Ela é composta por incertezas e constantes mutações (CONCEIÇÃO, 2002c).

As instituições, por sua vez, ressurgem com novos atributos. Para esses teóricos, elas possuem o poder de determinar a distribuição tanto do poder quanto dos recursos dentro da sociedade. Hodgson (2001) aponta novas características

para elas, caracterizando-as como regras, ideais, ideias e costumes, tanto formais quanto informais, que regem as interações entre os indivíduos e organizações. Surge a ideia de uma relação dual entre as instituições e as pessoas: essas primeiras influenciam as segundas em suas escolhas, cultura e pensamentos. Por outro lado, os indivíduos também moldam as instituições, uma vez que as regras implícitas na sociedade, os hábitos e os costumes, com o tempo, começam a se expandir entre os indivíduos, virando uma cultura que vai se enraizando gradualmente nos pensamentos de todos, constituindo, assim, novas instituições. As ideias, na medida em que vão se tornando coletivas, possuem o poder de se transformar em instituições. A influência dessas sobre os indivíduos também tem um duplo papel, pois, além de restringirem e controlarem os indivíduos, como as regras em um jogo, também conseguem estimular e manipular certos comportamentos sociais.

Uma vez que se aceite o Neoinstitucionalismo como composto por uma união de diversas áreas da economia, há um corpo teórico composto por oito itens fundamentais, que são:

i) A ênfase na evolução social e econômica com especial atenção às instituições sociais; ii) a economia de mercado, composta pelo controle social e pela ação coletiva, é um “sistema de controle social” expresso pelas instituições, que as adaptam e as fazem cumprir seu papel; iii) tecnologia como principal força na evolução do sistema econômico; iv) o determinante último da distribuição de recursos não é mercado abstrato, mas as instituições, especialmente as estruturas de poder, que os estruturam; v) a “teoria do valor” Institucionalista se importa com o processo através do qual os valores se introduzem e se projetam nas instituições, estruturas e condutas sociais; vi) a cultura tem um duplo papel no processo da “causação cumulativa”, pois resulta da interdependência entre indivíduos e subgrupos; vii) as interações sociais e a estrutura de poder criam uma estrutura com desigualdade e hierarquia, sendo essa a explicação para a tendência democrática das instituições. (CONCEIÇÃO, 2002c, p. 127).

O Neoinstitucionalismo, além de englobar várias áreas de estudo da economia, dado que é composta por autores de diversas áreas, também pode ser descrito como uma combinação do Institucionalismo com alguns aspectos de pensamentos mais recentes. Conforme os preceitos vistos anteriormente e dado que o Estado é uma grande instituição, ele não só afeta a sociedade direta e indiretamente, mas também é afetado por ela. Mais adiante, serão vistas questões sobre desigualdade social no Brasil e o reflexo disto na política e vice-versa, voltando a ressaltar a importância dessa abordagem a respeito dessas relações.

3.3 A NOVA TEORIA INSTITUCIONAL

A Nova Economia Institucional (NEI), devido a alguns fatores, afasta-se consideravelmente das teorias institucionalistas que a precederam. Diferentemente das anteriores, que tinham em comum uma grande negação e oposição aos preceitos neoclássicos, dessa vez, não há esse antagonismo global. Tendo como seus fundadores Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglass North, ela não é baseada na rejeição das ideias neoclássicas, mas, sim, na sua complementação (CONCEIÇÃO, 2002c).

A Nova Economia Institucional, que vem se tornando foco de muitos estudos, tem como um grande ponto de mudança a preocupação com a microeconomia. Utilizam-se da teoria da firma, mas com uma visão que se difere da tradicional, uma vez que colocam os custos de transação no centro do processo. Afinal, para os autores da NEI, esses custos são a grande chave para o bom funcionamento da economia, que levará ao crescimento e ao desenvolvimento. Na visão de North, as instituições assumem o papel central no processo de desenvolvimento, tendo a responsabilidade do aumento da eficiência e da organização das interações sociais.

Apesar da relativa maior proximidade da teoria neoclássica quando em comparação com os modelos de institucionalismo anteriores, a Nova Economia Institucional se difere bastante do neoclassicismo quando trata-se do mercado. Diferentemente dos Neoclássicos, eles dão grande atenção ao entendimento e compreensão das estruturas e do funcionamento dos mercados. Cada parte do processo é relevante, assim como até as menores organizações também têm importância. Bem como nas versões anteriores do Institucionalismo, eles seguem negando a noção de um equilíbrio ótimo e de agentes racionais que tomam decisões ótimas, sem a influência das incertezas. Por essas razões, é dada maior atenção ao mercado, pois, para os autores da NEI, ele não se regula sozinho, não havendo equilíbrio ou relações estáticas. Devido a isso, as interações entre instituições e os custos de transações precisam ocorrer de forma organizada, a fim de gerar a maior eficiência possível (CONCEIÇÃO, 2002c).

O ressurgimento do institucionalismo, em seu novo formato, deve-se à grande transformação pela qual as instituições passaram e ainda têm passado nos últimos tempos: estão maiores, mais importantes e mais complexas. Elas ganharam atenção

em diversas áreas, desde a formatação de políticas públicas e sociais e estudos sobre organizações formais, até o planejamento de corporações.

3.4 AS INSTITUIÇÕES

“As instituições constituem as regras do jogo numa sociedade; mais formalmente, representam os limites estabelecidos pelo homem para disciplinar as interações humanas.” (NORTH, 1992, p. 9). Elas são compostas tanto de regras formais quanto informais, que definem o comportamento das organizações e dos indivíduos. Podem ser moldadas propositalmente, mas também são, em muitos casos, desenvolvidas informalmente ao longo do tempo e, com ele, tornam-se regras, mesmo que não escritas, como crenças, cultura e tabus. Essas instituições são diferentes em cada local, moldando e sendo moldadas pelos valores e necessidades das pessoas (NORTH, 1992).

À medida que as sociedades se tornam mais evoluídas, as instituições ficam mais complexas. Ou seja, de restrições informais, presentes majoritariamente em comunidades com estruturas mais simples, vamos passando a ter regras formais, que, de certo modo, são complementares às informais. Quanto mais evoluídas são as sociedades, mais complexas serão suas interações e instituições. Isso se dá pelo fato de que essas sociedades possuem estruturas mais complexas, com maiores graus de segmentação e, para isso, são necessárias regras que rejam os indivíduos e as organizações nos diversos segmentos (NORTH, 1992).

Economicamente, as instituições, quando funcionando corretamente, acarretam a diminuição dos custos de transação. Quanto mais baixos forem esses custos, maior é a eficiência. Assim, como as instituições diferem entre si, dados os contextos em que estão inseridas, os custos de transação sofrem as mesmas mutações de acordo com o ambiente institucional em que se encontram.

[...] as transações diferem devido à frequência, à incerteza e, especialmente, à especificidade dos ativos; cada forma genérica de governança (mercado, híbrido, agência privada, ou agência pública) é definida por uma síndrome de atributos, onde cada uma revela discretas diferenças estruturais, tanto de custo quanto de concorrência; cada forma genérica de governança é sustentada por uma maneira distinta de contrato legal; as transações, que diferem em seus atributos, estão alinhadas conforme as estruturas de governança, que também diferem em custos e competências; o meio ambiente institucional (instituições políticas e legais, leis, costumes, normas) é o locus da mudança de parâmetros, que

provocam alterações nos custos de governança. (CONCEIÇÃO, 2002a, p. 91).

Simultaneamente, as instituições também possuem o papel de diminuir a incerteza, facilitando a tomada de decisão dos indivíduos. Uma vez que o mercado não possui um ponto de equilíbrio ótimo e que está constantemente em mutação, os agentes tendem a ter desconfianças a respeito do futuro, isto é, são receosos em relação às suas ações perante o futuro, dadas as condições de incerteza que o mercado gera. Por esse motivo, as instituições, quando operando de maneira eficiente, tendem a diminuir essa incerteza, induzindo e estimulando os indivíduos a praticarem certas ações e restringindo a prática de outras. Além do controle que exercem sobre os agentes perante o mercado, as instituições conseguem estimular e controlar os indivíduos em diversas outras questões sociais, sempre com o intuito de gerar maior cooperação dentro da sociedade (CONCEIÇÃO, 2002a).

Como visto, essas regras formais englobam o âmbito político e econômico. O primeiro diz respeito a questões tais como a tomada de decisões no meio político, hierarquias e organizações. Já as regras econômicas dizem respeito ao direito de renda e propriedade, tendo como objetivo alocar recursos da forma mais eficiente possível dentro da sociedade.

Um mercado eficiente é consequência de instituições que, em determinado momento, oferecem avaliação e execução contratuais de baixo custo [...]. Para que a eficiência seja duradoura, é essencial haver instituições econômica e politicamente flexíveis, que se adaptem às novas oportunidades. Tais instituições eficientes e adaptáveis têm que oferecer incentivos para a aquisição de conhecimentos e instrução, promover inovações e estimular a disposição de correr riscos e a criatividade. [...] Portanto, as instituições devem estimular os ensaios e eliminar os erros. (NORTH, 1992, p. 13).

As instituições possuem papéis de extrema importância em uma sociedade. Elas são responsáveis pela organização e interações na área econômica e social de um país. Quando funcionando de maneira correta, aumentam a eficiência de diversos setores. Entretanto, em muitos casos, quando há falha nessa operação, há perda de eficiência.

3.5 AS FALHAS NO PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DENTRO DA SOCIEDADE

As instituições afetam a economia de várias formas e, principalmente, por meio dos custos de transação e de produção. Nesse capítulo, será visto o quanto importante elas são dentro de uma economia e como suas falhas podem atrapalhar o crescimento e o desenvolvimento de um país, pela determinação do modo como as relações acontecem e das oportunidades existentes dentro da sociedade. Antes de aprofundar-se na importância das instituições em relação ao desenvolvimento econômico, é importante as diferenciar das organizações. As organizações possuem uma relação dual com as instituições, ao passo que determinam e são determinadas por elas. Anteriormente comparou-se as instituições a regras de um jogo e, seguindo esse pensamento, North (1992) caracteriza as organizações como sendo os jogadores. Elas englobam diversos setores, como cooperativas, partidos políticos, igrejas, universidades e qualquer outro grupo de indivíduos que sejam caracterizados por algum propósito em comum.

Como visto anteriormente, as instituições, quando operando de maneira eficiente, trazem benefícios para a sociedade e economia. Entretanto, nesse ponto, é muito importante ressaltar que nem sempre há eficiência nessas operações, uma vez que grupos da sociedade podem manipular leis e acordos para o seu bem, e não para o bem do conjunto. Uma vez que possuímos um contexto com informações heterogêneas, alguns agentes encontram-se em desvantagem e podem ser enganados pelos outros que têm acesso a mais informações.

A economia trata da escassez e, portanto, da concorrência, e embora os economistas exaltem com razão a competitividade como força propulsora de mercados eficientes, ela é também a força que impele os indivíduos a estruturar a economia para dela se favorecer à custa dos outros. O alto custo das informações e os diferentes níveis de acesso à informação sobre os objetos das transações são os pontos de partida para explicar como alguns conseguem se beneficiar à custa de outros em suas relações de troca. (NORTH, 1992, p. 10).

Visto que as instituições econômicas são endógenas e determinadas pela sociedade, há, aqui, uma brecha para falhas na eficiência: a influência do poder político na determinação das instituições econômicas. Certamente, as preferências econômicas de todos os grupos da sociedade não são homogêneas. Idealmente, os recursos deveriam ser distribuídos de maneira mais eficiente, porém não é o que

ocorre. Há um grande conflito de interesses entre setores dentro de uma sociedade, pois cada classe quer se beneficiar. Como resultado, não temos uma alocação definida por maior eficiência, mas sim, pelo maior poder político em que, por manipulação e uso das informações assimétricas, segmentos sociais conseguem ganhos às custas de outros grupos (GALA, 2003).

Posto que o Estado é uma grande instituição, ele também está sujeito a não ser eficiente. Para North (1981), o Estado tem o poder de maximizar seus ganhos valendo-se do conjunto de regras criadas para determinar os direitos de propriedade e de produção dentro de uma sociedade e, também, pelo cumprimento delas. A população cede parte de seus direitos e de sua renda em troca do recebimento de justiça e proteção pelo Estado. Isto é, o governo tem ganhos às custas da sociedade, intervindo nos seus direitos de produção e propriedade e ficando com parte disso, mas, para que isso seja sustentável, precisa retornar com benefícios aos indivíduos. Essa relação funciona como uma troca baseada na confiança que a instituição estatal construiu ao longo do tempo. A credibilidade que o Estado tem não é nada além de uma construção social em que todos agentes sociais acreditam que ele organiza e rege a sociedade da melhor forma possível e, por isso, é depositada essa confiança nele.

Dito isso, North identifica que os direitos que os agentes cedem são como um custo de oportunidade pago por eles. Os impostos e taxas cobradas pelo governo são como um investimento feito pelos indivíduos, que esperam receber em troca a garantia de diversos direitos que estão formalmente explícitos em forma de leis e regras. Vendo essas taxas como custo de oportunidade, quanto menor for essa quantia, menor será o custo e maior a eficiência do funcionamento (GALA, 2003).

Em uma realidade em que a população tem grande poder para restringir e diminuir a taxa imposta pelos seus governantes, haverá maior eficiência. O povo deve ter o direito de pressionar os governantes no caso de uma relação abusiva, em que os indivíduos perdem ao depositar a confiança no Estado, uma vez que entregam parte de sua renda e direitos a ele, mas não recebem o que lhes foi prometido. Nessas situações, quando o governo explora de forma excessiva os agentes, pela alta apropriação de direitos, e eles não têm condições de reivindicá-los, há uma queda de eficiência. Trata-se de um custo de oportunidade muito alto a ser pago pela garantia da justiça e proteção. Em países menos desenvolvidos, mais

pobres ou com maiores níveis de desigualdade, essa situação é bastante recorrente (GALA, 2003).

Pode-se usar um país em desenvolvimento, como o Brasil, de exemplo. Os diversos escândalos que já ocorreram na história da política brasileira caracterizam desvios de renda pública para benefício pessoal ou de certo grupo. Quando isso ocorre, há uma queda na produção de riqueza, uma vez que os recursos públicos que deveriam ser aplicados em áreas como da educação e da saúde acabam tendo destinos que não trazem nenhum benefício para a sociedade, apenas diminuem a eficiência da economia e aumentam os custos de transação, que são os custos necessários para negociar e garantir a eficácia de qualquer contrato.

3.6 A RACIONALIDADE LIMITADA

A abordagem institucionalista busca, entre outros elementos, a melhor compreensão do ser humano como agente econômico e social. Para Herbert Simon, os indivíduos possuem capacidades reduzidas de percepção da realidade e de tomada de decisões. Não significa que o ser humano não seja aceito como capaz de fazer escolhas, mas sim que, por mais que ele tome decisões, devido à constante mutação do sistema em que está inserido, o agente encontra dificuldades para estar sempre adaptado ao contexto em que se encontra no momento. Por mais que haja a intenção à racionalidade, ela é limitada no que diz respeito a lidar com certos problemas (CONCEIÇÃO, 2002a).

Na Teoria da Firma, que é a utilizada por esses autores, a firma é uma organização interna necessária para lidar da melhor maneira possível com a incerteza. Porém, assim como em todas instituições, existem falhas na sua organização e funcionamento, que acarretam na redução da eficiência dela. Dentro da própria organização, quando o auto interesse sobressai em relação ao bem coletivo e há desonestidade perante as transações, o oportunismo se manifesta internamente. “A combinação de racionalidade limitada e incerteza adicionada, em segunda instância, ao oportunismo somado as idiosincrasias originam a organização interna da firma.” (CONCEIÇÃO, 2002a, p. 90).

3.7 AS INSTITUIÇÕES E O DESEMPENHO ECONÔMICO

O papel das instituições é essencial e determinante para o desempenho econômico a longo prazo. North cria sua teoria com base na crítica aos Neoclássicos, que focam a atenção em entender o mercado e seu funcionamento. Entretanto, para North, o importante é se ater a como o mercado se desenvolve.

A teoria Neoclássica parte do pressuposto da Racionalidade Instrumental, acreditando que as informações existentes são completas e totalmente disponíveis aos agentes de forma gratuita. Com isso, por meio da análise dessas informações, os mesmos escolhem os caminhos a serem seguidos de acordo com o objetivo visado. Ao restringir o comportamento do homem a uma ação coletiva, a números e cálculos, sem as individualidades internas de cada pessoa, reduzimos a incerteza a um nível mínimo, uma vez que estamos partindo do princípio de que todos agentes possuem um mesmo conjunto de crenças, culturas e experiências. “[...] the single most important step that research in the social sciences can make to replace the black box of the “rationality” assumption used in economics and rational choice models”.¹ (DENZAU; NORTH, 1994, p. 2).

De outro lado, nas crenças dos autores da NEI, temos a Racionalidade Processual, que é caracterizada pelas informações imperfeitas, em um contexto em que os indivíduos não têm acesso a todos os dados. Assim, as escolhas são feitas de modo subjetivo, sem conhecimento total da situação, aproximando-se muito mais da realidade do que a racionalidade utilizada pelos Neoclássicos. Os mercados, por sua vez, são imperfeitos e incompletos, com desequilíbrios, oportunismos e informações assimétricas (CONCEIÇÃO, 2002a).

Por causa dos problemas encontrados nos desequilíbrios do mercado e das incertezas existentes nas relações sociais, surgem as instituições, com o objetivo de estruturar as relações dentro da sociedade da forma mais eficiente possível. Entretanto, como já foi visto antes, elas não possuem total eficácia. Em um modelo ideal, por meio da intermediação dos agentes, existiriam custos de transação cada vez menores, aumentando gradualmente os ganhos comerciais e, assim, expandindo o mercado. Mesmo assim, por mais que seja uma situação ideal, não

¹ “[...] o passo mais importante que o ramo da pesquisa em ciências sociais pode dar para substituir a caixa preta da suposição da “racionalidade” usada em economia e modelo de escolhas racionais”. (tradução nossa). (DENZAU; NORTH, 1994, p. 2).

existe um mercado hipoteticamente perfeito como em teorias tradicionais, e, sim, apenas uma maximização da eficiência econômica.

Segundo North (1992) o primeiro passo para o início do desenvolvimento é dado pelo conhecimento do perfil da economia, entendendo os seus custos, tanto de transação como de produção, e as instituições responsáveis por eles. Na maior parte das teorias antecedentes, os custos de produção tinham uma atenção muito maior quando da análise dos custos totais. Os de transação não eram estudados a fundo, subestimando a importância das diferenças individuais de cada agente e contando apenas com uma ação coletiva homogênea no que diz respeito a tomadas de decisão. Tendo em vista que os custos de transação são basicamente os custos de negociação, de acordos e da garantia do cumprimento dos contratos, podemos dizer que, quanto mais bem organizada e articulada for uma sociedade, menores serão esses gastos. Por exemplo, em um mercado político não eficiente, em que há maior chance de trapaça, haverá mais gastos com uma organização de maior complexidade, visando garantir que os compromissos sejam honrados e de uma fiscalização especial.

Além do pressuposto de que o ambiente está sempre se alterando, sofrendo mudanças sucessivas e encadeadas, e de que os agentes desconhecem parte das informações e possuem conjuntos de conhecimentos diferentes um dos outros, deve-se ressaltar que esses conhecimentos já adquiridos também estão sempre em evolução, uma vez que são alterados toda vez que uma nova informação é recebida. Assim, essa teoria baseia-se em um ambiente de constante aprendizado e mutação. Por esse motivo, juntamente com o fato da complexidade das relações, é que os novos economistas institucionais não acreditam que os indivíduos sejam capazes de tomar decisões ótimas, por uma simples incapacidade biológica.

Para que haja eficiência e, com isso, bom desempenho econômico, há a necessidade de um conjunto de instituições adequadas, que formem um sistema de propriedades bem definido. Pela ação das instituições, estimulando algumas tomadas de decisão por parte dos indivíduos e restringindo outras, pode-se chegar a um maior nível de eficiência, trazendo retornos sociais menores do que os custos sociais.

Portanto, a chave para a eficiência e bom desempenho de uma economia está nas instituições e na diminuição, ao máximo, por parte delas, dos custos de transação existentes na sociedade.

4 A DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

Diante da fundamentação teórica vista até então, acredita-se que a desigualdade não está apenas na renda e entre classes sociais. Dado esse fato, serão analisados, no presente capítulo, alguns dados e estatísticas que mostram de maneira mais aprofundada a realidade de alguns brasileiros, os quais constituem dois dentre os muitos grupos oprimidos pela sociedade: negros e mulheres. Esse capítulo tem o intuito de mostrar as desigualdades, para que, nas considerações finais, possa ser realizada sua análise de acordo com as teorias anteriormente vistas.

4.1 A DESIGUALDADE ALÉM DAS CLASSES

A desigualdade vai muito além dos hiatos de renda entre as classes sociais. Dentro de cada uma delas existem indivíduos convivendo com situações muito piores do que as estatísticas mostram. Ao serem analisados dados gerais de grupos sociais, ignora-se as particularidades encontradas na vida de cada pessoa, enxergando-a apenas como um número. A natureza do ser humano possui uma diversidade tão grande que, em muitos casos, a igualdade em um âmbito resulta, conseqüentemente, em desigualdade em outros. Por isso, segundo Amartya Sen (2012), ao analisar a população, deve-se sempre perguntar quais são as diversidades significativas neste contexto e analisá-las separadamente.

Portanto, no presente capítulo, serão aprofundados alguns eixos da desigualdade separadamente, para que se possa analisar os problemas com os quais cada grupo convive. Apesar da abordagem de classes ter grande importância e ser suficiente em muitos casos, em muitos outros ela deixa a desejar. Por isso, uma maior preocupação com as diversidades existentes dentro de cada segmento social é extremamente importante.

O Brasil vive um grande retrocesso no que diz respeito a disparidades entre cor e gênero. Segundo uma pesquisa realizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), englobando 18 países da América do Sul, os homens ganham 17% a mais que as mulheres da mesma faixa etária e que possuem o mesmo nível de instrução, quando ocupando cargos iguais em empresas semelhantes. Já no caso de negros e indígenas, essa disparidade é ainda maior: os

brancos têm ganhos salariais, em média, 28% acima das outras raças. Dentre os países estudados, o Brasil possui uma das maiores diferenças de rendimentos entre gêneros e etnias. Quando analisados separadamente, os ganhos masculinos sobem para 30% a mais em ambos casos (BRASIL, [2013]).

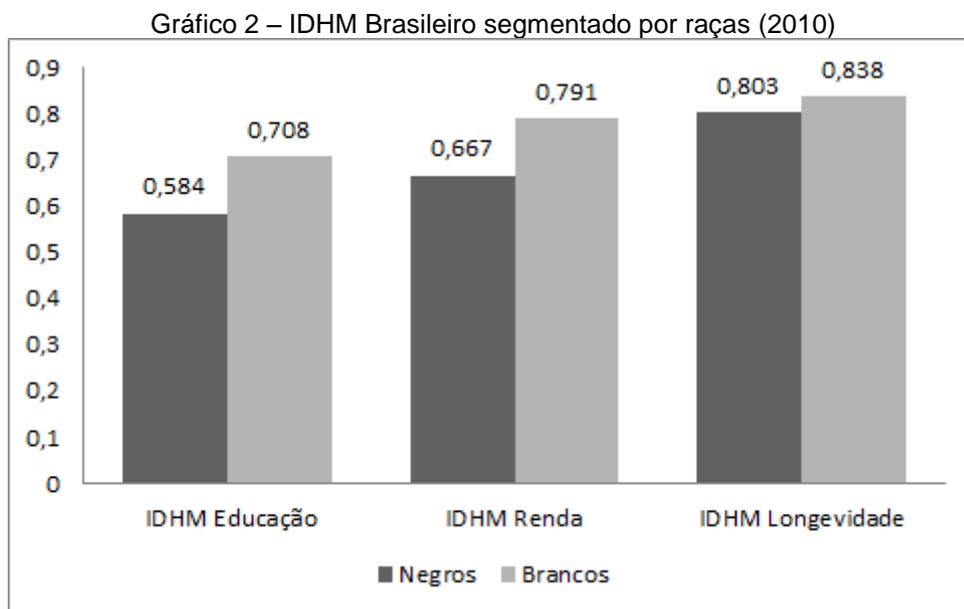
4.2 A QUESTÃO RACIAL

O Brasil foi o último país em todo mundo a acabar com a escravidão. Daí, existem muitas heranças históricas que até hoje estão enraizadas em nossa sociedade. Dados do IBGE mostram que os negros representam 53,6% da população brasileira. Porém essa representatividade não é encontrada na política. Segundo o sítio eletrônico da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015), esta é composta majoritariamente por brancos, tendo apenas 4,1% dos deputados declaradamente negros e 15,8% pardos.

No capítulo anterior, foi abordada a influência das instituições para o crescimento e desenvolvimento econômico. Agora serão vistos alguns dados que mostram o quanto a baixa representatividade dos negros nas organizações e instituições podem ser grandes influenciadoras na desigualdade racial do país. No presente capítulo, a população negra é referida como aquela composta por negros e pardos, enquanto a população branca dirá respeito a brancos e amarelos.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um índice composto, criado por Mahbub ul Haq e Amartya Sen, que engloba três dimensões do desenvolvimento humano: educação, renda e longevidade. Antes de sua criação, os indicadores mais utilizados para mensuração da desigualdade mediam a qualidade de vida da sociedade somente como um reflexo da renda do país. Na economia tradicional, acredita-se que uma simples análise quantitativa dos rendimentos do país aponta o suficiente sobre as condições de vida dos indivíduos. O IDH foi criado com o intuito de ser um contraponto ao PIB, índice altamente utilizado e que trata apenas do aspecto econômico, e de trazer uma abordagem do desenvolvimento visto pelo lado humano, mais pessoal, que vê as capacidades e oportunidades de maneira individual. Sua escala vai de 0 a 1, sendo que quanto maior o valor, mais elevado é o nível de desenvolvimento humano (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, [2017]).

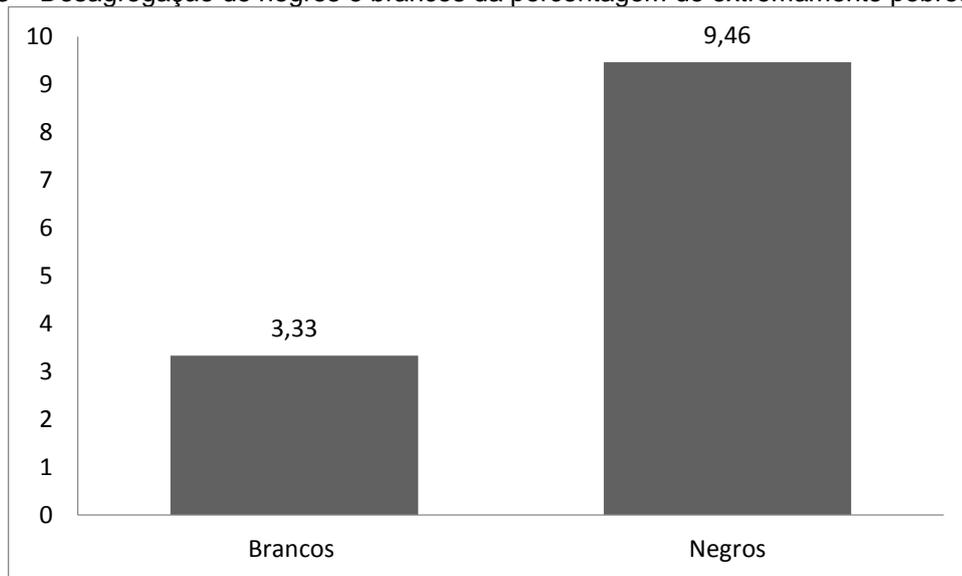
No Brasil, a dimensão da educação é medida pela escolaridade da população adulta e pelo fluxo escolar da população jovem, sendo que o primeiro possui peso 1 e o segundo peso 2 na média geométrica, mas não se entrará em detalhes sobre o cálculo dos índices. A renda, por sua vez, é dada pela renda per capita municipal e a longevidade é medida pela esperança de vida ao nascer (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013). O Gráfico 2 mostra o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) brasileiro, segmentado entre negros e brancos.



Fonte: Elaborado pela autora (2017) com base em Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (2013).

Podemos ver que em todas as três dimensões do IDHM a comunidade negra encontra-se em piores condições do que a branca. Por mais que o foco da análise seja, nesse momento, outros aspectos que não tratam de renda, abaixo segue o Gráfico 3, que diz respeito à população extremamente pobre, desagregada por raças.

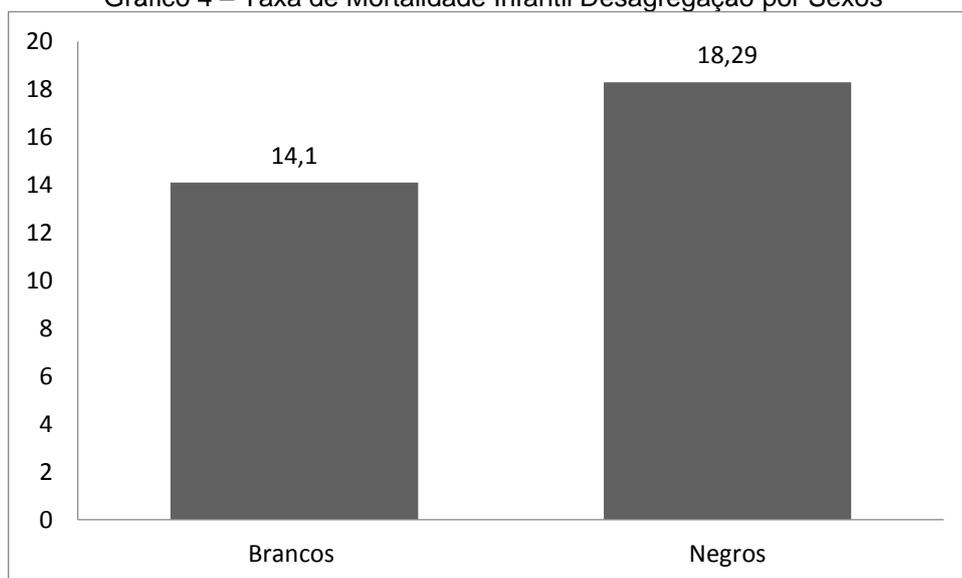
Gráfico 3 – Desagregação de negros e brancos da porcentagem de extremamente pobres em 2010



Fonte: Elaborado pela autora (2017) com base em Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (2013).

Os brasileiros que vivem na miséria são, em sua grande maioria, negros. Trata-se de uma aglutinação de fatores negativos, em que, não obstante as oportunidades reduzidas devido à raça, eles ainda constituem majoritariamente a classe mais pobre do país. Ao analisar as estatísticas da taxa de mortalidade infantil, verificamos novamente a desigualdade racial. Dados do IBGE, do ano de 2010, mostram que a taxa de mortalidade infantil é muito maior ao se tratar de uma criança negra.

Gráfico 4 – Taxa de Mortalidade Infantil Desagregação por Sexos



Fonte: Elaborado pela autora (2017) com base em Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (2013).

Vivemos um contexto em que a maior parte da população é constituída por negros, mas, estes, por outro lado, têm baixíssima representatividade política e possuem as piores estatísticas no que se refere à todas as áreas que envolvem qualidade de vida e renda.

Além de todos os fatores já mostrados, segundo o IBGE (2014), 71% das vítimas de homicídios no Brasil são pessoas negras. Os jovens negros também possuem 23,5% de chances a mais de serem assassinados, quando considerados na mesma situação de renda, idade, sexo e escolaridade de um jovem branco. Dentro dos 10% de cidadãos que possuem as maiores chances de se tornarem vítimas de assassinatos, os negros constituem 78,9% (CERQUEIRA, 2017) Esses números são alarmantes e com certeza dizem muito mais sobre a situação desse grupo de pessoas do que a renda delas. Pelos pensamentos de North anteriormente estudados, fica claro que esse preconceito está enraizado na cultura há muitos anos. Esses problemas atuais, em grande parte, são herança de épocas em que os negros eram escravos, de antigas instituições informais e de regras formais que hoje em dia não existem teoricamente, mas que ainda se fazem presentes na sociedade, representadas por diversos tipos de preconceito. Fazendo uma ligação com a teoria de Sen, podemos ver que a privação, nesse caso, se mostra pela raça do indivíduo. Um aumento dos rendimentos de um homem negro e pobre pode melhorar sua qualidade de vida nos aspectos da alimentação, acesso à saúde e à educação, mas temos que ressaltar um ponto nessa situação. Consideradas as privações de oportunidades que são encontradas por esses indivíduos, os incrementos de renda precisam ser maiores do que seriam para um homem branco para que haja resultados efetivos. Isso ocorre, pois, conforme visto antes, dar iguais benefícios a dois indivíduos com individualidades distintas não acarreta nas mesmas melhorias na qualidade de vida.

Utilizando as teorias vistas nos capítulos anteriores, vemos que a renda não é um critério único para definir a pobreza, como conclui Sen. A cor da pele de uma pessoa pode agir como uma barreira ao acesso às liberdades. Em alguns casos, como na questão racial, as políticas pontuais são, sim, necessárias, uma vez que, dando os mesmos direitos formais e liberdades a ambas raças, não estamos dando a mesma oportunidade a elas, pois a capacidade dos negros de se inserirem no mercado de trabalho, por exemplo, já é deficiente só por causa de sua cor. As cotas

raciais nas universidades são um ótimo exemplo de uma política pontual inclusiva, visto que auxiliam no aumento da expectativa de anos de estudo dos que usufruem delas, possibilitando que, futuramente, tenham maior capacidade de se inserir no mercado de trabalho, podendo acarretar aumento dos rendimentos e melhores condições de vida. Apesar de parecer simples, a formulação de políticas que diminuam a exclusão social, em função de o preconceito estar, mesmo que inconscientemente, incorporado na cultura da maior parte dos indivíduos, é uma tarefa bem complexa.

4.3 DESIGUALDADE DE GÊNEROS

As mulheres começaram a ter direitos legais muito tarde na história do Brasil. Apenas na Constituição de 1932 foi conquistado o direito ao voto. Em 1934, registrou-se na história a primeira deputada eleita. No mesmo ano, a Assembleia Constituinte passou a assegurar os direitos à regulamentação do trabalho e equiparação salarial. Entretanto, como será visto a seguir, na prática, isso não é verificado. Na passagem dos anos 70 para 80, o movimento de reivindicação aos direitos femininos começou a ganhar força, exigindo direitos de acesso aos bens e serviços públicos. Aos poucos, após as eleições de 1982, foram sendo implantadas políticas que visavam à diminuição da desigualdade entre os gêneros. Em 1985, foi criada a primeira Delegacia de Polícia em Defesa da Mulher e, desde então, outros órgãos foram sendo criados para atender a população feminina (PORTAL BRASIL, 2017).

Uma vez que existem diversas leis, organizações e direitos legalmente assegurados para diminuir as disparidades de gênero e, mesmo assim, elas seguem tendo estatísticas alarmantes, fica claro que os preconceitos e as crenças sobre a inferioridade das mulheres seguem enraizados em nossa cultura e sociedade.

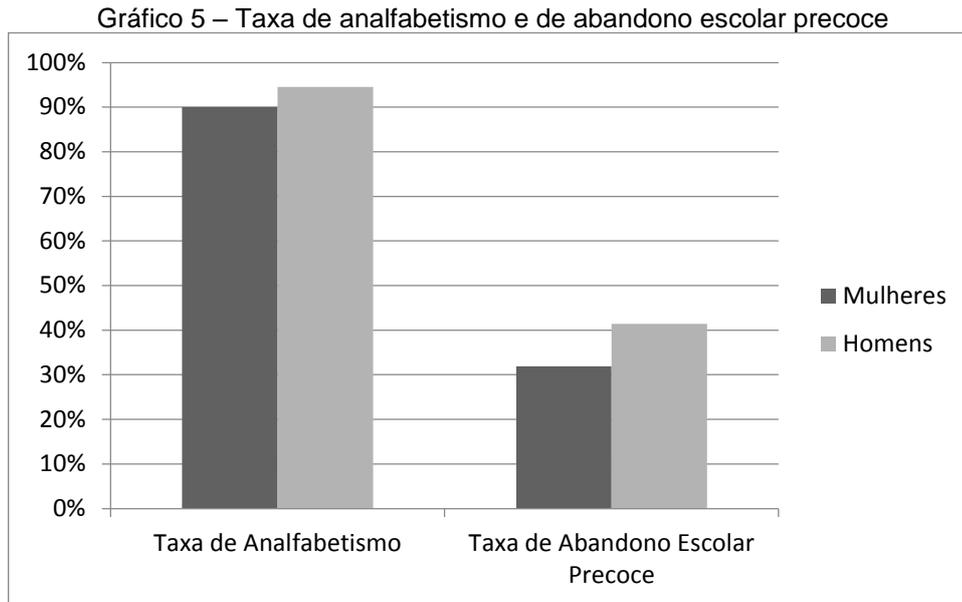
A questão dos gêneros difere bastante da questão racial no Brasil. Anteriormente, ao aprofundar o estudo sobre as disparidades de raças, viu-se que, desde o nascimento, os negros possuem oportunidades e capacidades inferiores aos brancos. Sua expectativa de vida ao nascer, anos de estudo esperados e níveis de renda são mais baixos, enquanto as chances de homicídio são mais altas. Já aqui, vê-se um contexto em que as mulheres possuem grau de escolaridade mais elevado que os homens, porém rendimentos e oportunidades inferiores.

Tabela 2 – Valor do rendimento real médio mensal do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento do trabalho principal, por sexo, segundo a posição na ocupação, o subgrupo e a categoria do emprego no trabalho principal - Brasil - 2000/2010.

Posição na ocupação, subgrupo e categoria do emprego no trabalho principal	Valor do rendimento real médio mensal do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento do trabalho principal (R\$)					
	2000			2010		
	Total	Sexo		Total	Sexo	
		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
Total	1 234	1 404	948	1 292	1 451	1 070
Empregados	1 018	1 145	839	1 179	1 317	1 008
Com carteira de trabalho assinada	1 204	1 337	993	1 255	1 382	1 076
Militares e funcionários públicos estatutários	1 708	2 007	1 442	2 407	2 900	2 018
Sem carteira de trabalho assinada	573	660	459	658	761	550
Trabalhadores domésticos	360	459	352	479	678	463
Com carteira de trabalho assinada	478	540	470	640	835	621
Sem carteira de trabalho assinada	309	394	304	393	561	381
Demais empregados	1 104	1 156	1 007	1 254	1 325	1 144
Com carteira de trabalho assinada	1 252	1 346	1 080	1 289	1 386	1 134
Militares e funcionários públicos estatutários	1 708	2 007	1 442	2 407	2 900	2 018
Sem carteira de trabalho assinada	648	666	603	736	767	680
Conta própria	1 237	1 327	989	1 317	1 433	1 094
Empregadores	6 138	6 660	4 627	4 994	5 574	3 790

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2014).

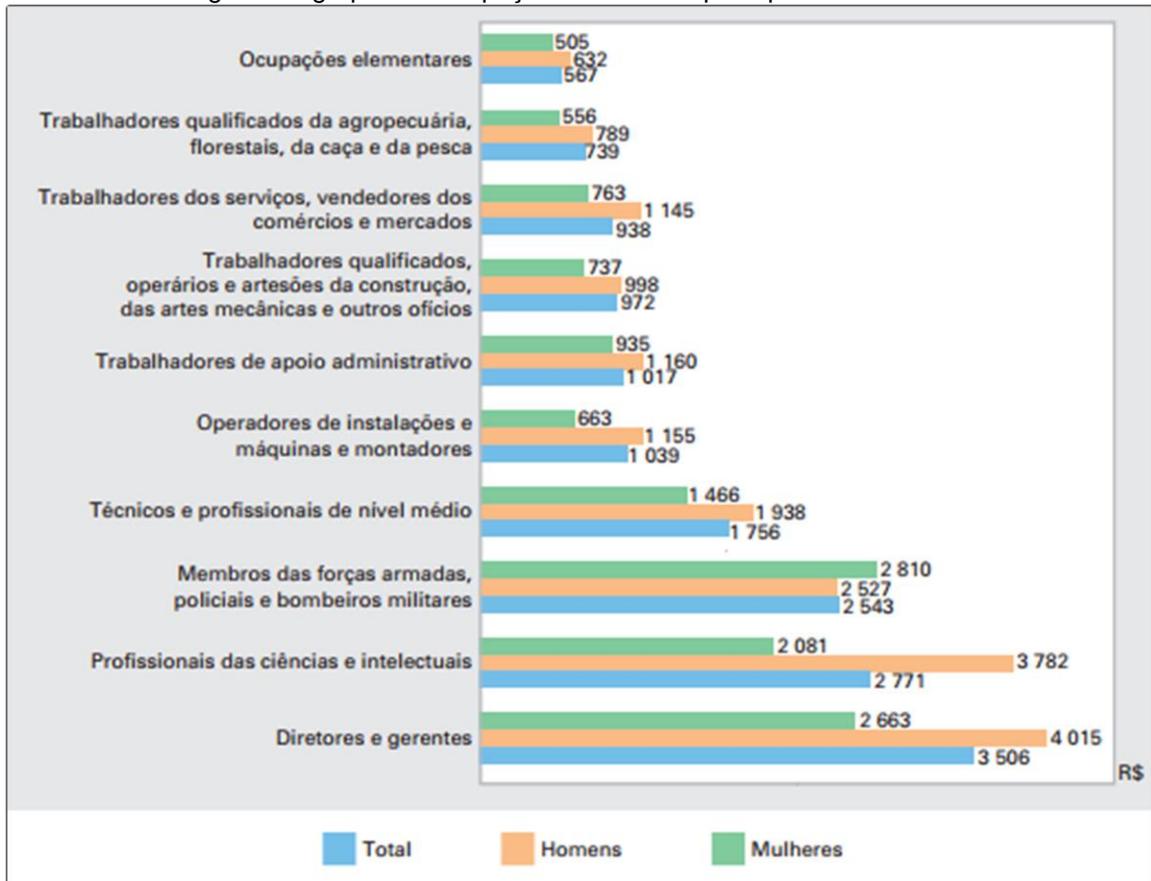
Como verificado na Tabela 2, as mulheres sofrem com menores rendimentos em diversas áreas de atuação e, por mais que haja diminuição dessas disparidades ao longo dos anos, elas seguem existindo. A desigualdade de gêneros reside em todas as classes e instituições da nossa sociedade, desde o interior das residências mais humildes até a Câmara de Vereadores. O Gráfico 5 mostra a situação de escolaridade segregada entre homens e mulheres, em que pode-se ver que esse primeiro grupo conta com piores estatísticas.



Fonte: Elaborado pela autora (2017) com base em Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (2013).

A partir desses dados, espera-se que as mulheres possuam boas oportunidades no mercado de trabalho, acompanhadas de uma renda satisfatória. Entretanto, contraditoriamente, segundo o IBGE (2014), em 2015, a proporção dos rendimentos das mulheres ocupadas em relação aos rendimentos dos homens ocupados era de 67,6%. Isto é, a população feminina possui maior grau de escolaridade e alfabetização, mas menores salários. Além disso, a taxa de ocupação delas é inferior também, sendo 90%, enquanto a dos homens é 92,6%. Com essas estatísticas, podemos refletir sobre a desigualdade que vai além de classes, capacidades e necessidades. Na Figura 2 verificam-se dados de rendimentos médios mensais dos principais grupos de ocupação do Brasil, segmentados por gênero. Entre os 10 grupos analisados, as mulheres possuem maiores rendimentos em apenas um deles. Em 90% das principais atividades exercidas no mercado de trabalho brasileiro, as mulheres têm rendimentos mais baixos.

Figura 2 – Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento do trabalho principal, por sexo, segundo os grandes grupos de ocupação do trabalho principal Brasil- 2010

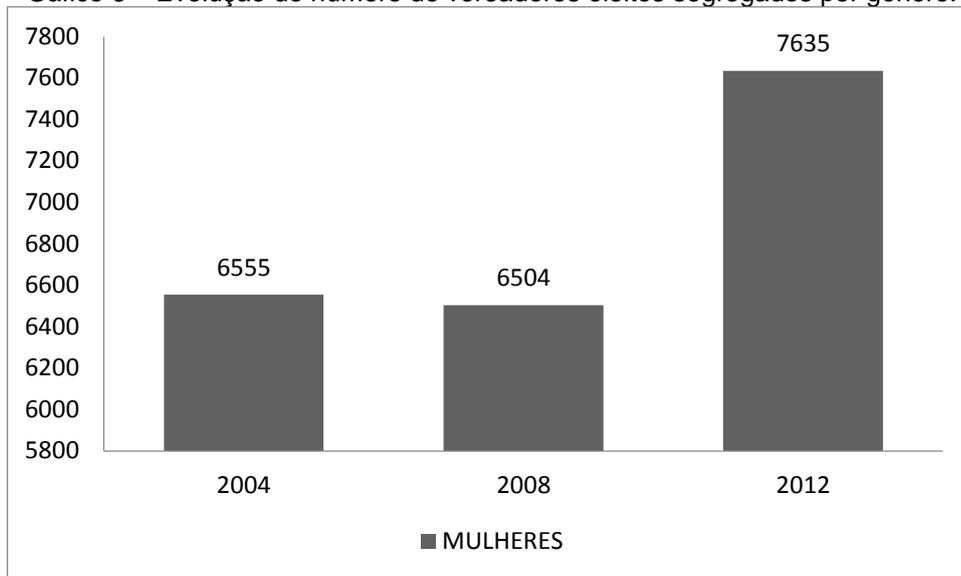


Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2014).

Diante desses dados, é difícil acreditar que a renda seja um critério suficiente para avaliar as oportunidades sociais. Duas pessoas com as mesmas capacidades, ocupando cargos em um mesmo setor, possuírem rendimentos diferentes já não é muito aceitável. Ao juntarmos esse fato com o de que o segmento de pessoas que está recebendo menos é tecnicamente mais capacitado, uma vez que possui maiores índices de escolaridade, alfabetização e anos de estudo, a situação fica ainda mais alarmante. Esses aspectos mostram a realidade da privação feminina, uma vez que mostram a desigualdade de oportunidades entre os sexos.

Assim, como comentado anteriormente, a desigualdade de gêneros está em diversas áreas da sociedade. No Gráfico 6, pode-se ver a evolução do número de vereadores, segregados por gênero.

Gáfico 6 – Evolução do número de vereadores eleitos segregados por gênero.



Fonte: Elaborado pela autora (2017) com base em Brasil – Tabelas (2014).

Dado que o número total de vereadores eleitos em 2012 foi de 57.589, fica clara a falta de representatividade das mulheres na política. Como visto anteriormente, quando abordada a teoria institucionalista, as instituições têm um grande poder influenciador na sociedade. O crescimento do número de representantes femininas na política está ocorrendo, porém de maneira muito lenta para as proporções que são encontradas atualmente. Diante disso, o baixo número de mulheres nas instituições pode ser extremamente prejudicial para esse grupo social. Apesar de representarem mais da metade da população brasileira, elas não têm força social para exigir seus direitos, aqueles constantes na Constituição. As instituições informais, como a cultura e os preconceitos inerentes nela, sobrepõem-se às leis formais. As mulheres, mesmo tendo seus direitos à igualdade assegurados, teoricamente, pelas leis e, além disso, terem maior nível de instrução, seguem possuindo rendimentos menores, menos espaço no mercado de trabalho e menos representantes na política.

Atualmente, está em pauta, e gerando muita polêmica, a questão acerca da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 181, justamente pelo fato de haver excesso de homens na área da política. Seu texto original diz respeito ao aumento da licença maternidade para mães com bebês prematuros. Entretanto, os deputados resolveram fazer uma mudança no texto do primeiro artigo, que não possuía nenhum tipo de relação direta com o que estava em votação. Essa inclusão textual é sobre condenar o aborto em casos que até então são permitidos no Brasil, ou seja,

em caso de situações de risco de morte para a mãe durante a gravidez, anencefalia do feto e estupro. A Câmara dos Deputados, majoritariamente masculina, colocou essa questão para ser votada. No dia, estavam presentes 18 homens, que votaram a favor da condenação do aborto, inclusive naqueles casos, e 1 mulher, o único voto contra (EXAME, 2017). Neste contexto, é importante ressaltar que 51,6% da população brasileira é feminina e que uma decisão condizente direta e apenas às mulheres está sendo tomada por uma bancada 94,74% masculina (IBGE, [2017]).

Levando em consideração que os seres humanos, por natureza, têm a tendência a buscar o seu próprio benefício em diversas situações e que, segundo North, os grupos sociais com maior poder político acabam se beneficiando economicamente e socialmente, pela moldagem das leis para que seus interesses sejam atendidos, podemos imaginar que essas disparidades entre os números de homens e mulheres presentes na política são um problema para a sociedade.

O histórico da opressão que a comunidade feminina sofreu ao longo da trajetória do Brasil pode não ser tão grave quanto a dos negros, visto que sofreram durante muitos anos com as leis da escravidão. Entretanto, devemos ressaltar que, por mais sutil que seja, as mulheres são vítimas de diversas formas de agressão diariamente, inclusive e principalmente dentro de suas próprias casas.

Com isso, é possível concluir que qualquer tipo de desigualdade na representatividade dentro da esfera política é um empecilho para o bem-estar social, uma vez que os grupos representados por essas minorias, mesmo que constituam a maior parte da população total, possuem grandes chances de ter seus interesses não defendidos. Partindo desse ponto, políticas de cotas dentro da esfera política poderiam gerar bons resultados. A ideia das cotas, nesse caso, não é apenas referente aos benefícios dados para aqueles que estão entrando no setor, mas, principalmente, aos benefícios que estão sendo dados, de maneira indireta, para todos os indivíduos que estão sendo representados por tal pessoa em razão da representação que estão ganhando.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo revisitar as teorias do Institucionalismo e do Desenvolvimento Humano, de Amartya Sen, com foco nas áreas mais sociais do desenvolvimento econômico. Em um primeiro momento, nos aprofundamos na teoria de Sen, conhecida por dar grande importância às individualidades de cada ser humano e por atentar ao máximo para os fatores que levam às desigualdades sociais. Após, foram revisitadas as teorias Institucionalistas, passando pelas três grandes fases e utilizando como base a Nova Economia Institucional, principalmente as ideias de Douglass North. Nesse capítulo, as atenções são voltadas para a importância das instituições na dinâmica dos relacionamentos e interações entre os agentes sociais, além da sua grande relação com o desenvolvimento econômico. Por fim, foram analisados alguns dados e estatísticas atuais da sociedade brasileira, que dizem respeito a desigualdades de gênero e raças. Diante delas, ficou clara a existência de fatores enraizados em nossa sociedade que impedem a igualdade não só na renda, mas, principalmente, em outras áreas sociais.

A teoria do Desenvolvimento Humano, estudada no primeiro capítulo, ganhou grande atenção desde o seu surgimento, por causa da visão diferente que possui sobre a desigualdade e sobre o desenvolvimento. O desenvolvimento, para Sen, trata da expansão das liberdades individuais. Além disso, o incremento da renda não leva ao desenvolvimento sozinho, sendo necessário que o seu crescimento seja acompanhado da melhora nas condições de vida na sociedade. Além disso, a renda não deve ser tratada como um fim, mas, sim, como um meio para a expansão das liberdades individuais. Já as liberdades, por sua vez, são o fim e, também, o meio para o desenvolvimento e não devem ser vistas apenas como algo que traz benefícios econômicos. Elas têm grande importância para cada indivíduo e devem ser dadas a eles pelo bem-estar individual que vão gerar, e não pelas melhorias no desempenho econômico que elas podem acarretar. As liberdades vão de pequenas coisas, como realizações de ações que os indivíduos valorizam, até direitos essenciais, como o acesso à saúde e à educação. A provisão desses direitos deve ocorrer independentemente do uso deles pelo indivíduo ou não. O fato de uma pessoa não precisar ou querer usufruir de sua liberdade política no momento, por exemplo, não significa que ela não deva ter esse direito.

Nesse capítulo, foi utilizada a abordagem das capacitações, que busca dar ao indivíduo a liberdade para que ele possa ser e realizar aquilo que valoriza. O foco é dado na capacidade do indivíduo de realizar um conjunto de funcionamentos que ele julga importante para o seu bem-estar.

A questão das liberdades tem grande relevância nos trabalhos de Sen. Ele as mostra como tendo um duplo papel: construtivo e instrumental. Embora o primeiro trate de fatores mais essenciais, como ter condições de evitar a fome, é ressaltada a importância de todos os tipos para o bem-estar individual. O segundo, que diz respeito a direitos de liberdade política, oportunidade social e facilidades econômicas, deve ser tratado com tanta importância quanto o outro. Afinal, além de serem liberdades valorizadas pelo indivíduo em questão, elas têm um poder muito forte de encadeamento entre si. Cada liberdade instrumental dada a uma pessoa acarreta na expansão de outras, gerando um efeito dominó positivo para a sociedade.

Como foi visto, Sen acredita que a desigualdade não está apenas na renda, como a maior parte das teorias econômicas tradicionais abordam. Pelo contrário, ele aponta que as principais desigualdades que afetam os indivíduos negativamente não estão centradas nos rendimentos, mas, sim, na privação das pessoas de realizarem aquilo que desejam. Por isso, ele é contra a utilização do PIB como método para mensuração do desenvolvimento, visto que esse índice não mostra nenhum tipo de disparidade social. A pobreza como uma privação e a exclusão social, por exemplo, não são mensuradas nesses índices puramente econômicos.

O capítulo seguinte foi iniciado com uma breve passagem pelas três correntes do institucionalismo. A primeira delas é a do Antigo Institucionalismo Norte-Americano, criada com o intuito de negar e contrapor os preceitos da teoria Neoclássica. Fazendo uma oposição à ortodoxia, ela pregava que o ser humano é extremamente mutável, que a sociedade e a economia vivem em constante transformação e sucessivos desequilíbrios e que as instituições têm um papel essencial dentro da sociedade. A segunda corrente, que surgiu muitos anos depois, possui uma visão semelhante, porém complementar. As ideias neoclássicas continuam sendo negadas, mas de maneira mais completa, dado que essa corrente é composta por diversos autores que englobam diferentes áreas de estudo da economia. A incerteza, o desequilíbrio e a ideia de que a sociedade está em constante mutação ganham força. Além disso, as instituições ganham novos

atributos e surge a visão de uma relação dual entre elas e as pessoas, em que ambas moldam e influenciam uma à outra. Por último, chegamos à Nova Teoria Institucional, que se afasta bastante das duas correntes anteriores. Aqui, não há completa negação dos preceitos neoclássicos, mas, sim, uma complementação destes. Há uma preocupação com a microeconomia, que antes não havia. O funcionamento dos mercados e o comportamento dos agentes nele ganham destaque, moldados pela disparidade existente entre a posse das informações e as incertezas por ela geradas. As instituições são cada vez mais importantes, pois são elas que ajudam na regulação do mercado, na diminuição da incerteza, que acarreta na redução dos custos de transação, e na melhor interação entre os agentes sociais e econômicos. Diante disso, foram vistas, também, as falhas existentes nos papéis das instituições e o quanto elas atrapalham no desempenho econômico, visto que esse é moldado e impulsionado por elas.

Por fim, após a fundamentação teórica, foi feita uma análise de dados sobre a população brasileira. Visto que a desigualdade vai muito além do fator da renda e que dados puramente econômicos não são suficientes para mensurar as condições de vida da população, foram selecionados diversos dados que mostram de maneira mais aprofundada a real situação dos grupos menos favorecidos no país. O ser humano possui muita diversidade na sua existência para ser analisado apenas com base na sua renda. Existem muitos grupos sociais que podem ser analisados, porém, no presente trabalho, foram escolhidos os negros e as mulheres.

O Brasil possui grandes raízes históricas quanto à questão racial, que vêm da época da escravidão. Atualmente, os negros formam mais da metade da população do país, entretanto ainda sofrem com muitas privações. As oportunidades desse grupo são extremamente reduzidas em todas as áreas. Nas estatísticas analisadas, eles têm os piores resultados em todos os casos, sofrendo com privações nas áreas da educação, saúde, rendimentos, expectativa de vida e muitas outras. Além disso, como foi visto, só por um indivíduo ser negro, ele já possui chances muito maiores de ser vítima de homicídio quando comparado a um branco nas mesmas condições de vida, sendo o maior número de assassinatos cometido contra homens negros.

Na questão de gêneros, encontrou-se uma situação bem diferente da racial. Nesse caso, as mulheres, que também constituem mais da metade da população total, possuem níveis de escolaridade e de alfabetização mais altos do que os homens e têm menores taxas de abandono escolar. Contraditoriamente, elas

possuem níveis de rendimento mais baixos do que o outro gênero, quando ocupando uma mesma posição em empresas semelhantes. Entre 10 grupos de ocupação analisados, as mulheres, mesmo possuindo tecnicamente uma melhor formação, ganham salários mais baixos do que os homens em 9 deles. Além do mercado de trabalho, a população feminina também sofre privação na política. Ao analisar a proporção de gêneros na câmara de vereadores, encontramos uma representatividade política extremamente baixa.

Diante desses fatos, apoiando-se nos argumentos de Amartya Sen e Douglass North, pode-se concluir que os problemas de desigualdade no Brasil são constituídos por diversos fatores e que fazem parte de um processo histórico de preconceitos no país. As políticas inclusivas existentes não são suficientes para acabar com as disparidades entre gêneros e raças. Esses preconceitos que causam a defasagem nas oportunidades são provindos de épocas distantes, configurando instituições informais que são reflexos de antigas leis formais. Os tempos em que negros eram propriedade dos brancos e que as mulheres não tinham direitos políticos e sociais deixaram resquícios que estão presentes na sociedade até hoje

“Sen constrói uma alternativa própria fundamentada no conceito de que a justiça é construída nas sociedades através das reações que as pessoas têm às injustiças, que elas presenciam e vivenciam.” (COMIM, 2011, p. 58). Por mais que haja políticas que visem dar mais visibilidade a esses grupos menos favorecidos, a cultura existente intrinsecamente na sociedade faz com que eles sigam sofrendo com a privação das oportunidades. Vista a recente onda de crescimento do movimento feminista e a suas conquistas, pode-se acreditar que o caminho para os direitos iguais começa na revolução dentro do próprio grupo oprimido. São mudanças no pensamento social e nas ações coletivas que levarão à diminuição dessas desigualdades, juntamente com um conjunto de instituições formais que auxiliem na conquista desses direitos.

REFERÊNCIAS

- BLANCHARD, Oliver. **Macroeconomia**. 5.ed. São Paulo: Pearson, 2011.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Câmara Notícias – Política. **Homens brancos representam 80% dos eleitos para a Câmara**. 29 jan. 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/475684-HOMENS-BRANCOS-REPRESENTAM-71-DOS-ELEITOS-PARA-A-CAMARA.html>> Acesso em: 06 dez. 2017.
- _____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres **Observatório Brasil da igualdade de gênero. Homens recebem salários 30% maiores que as mulheres no Brasil**. [2013]. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/homens-recebem-salarios-30-maiores-que-as-mulheres-no-brasil/>>. Acesso em: 06 dez. 2017.
- _____. Secretaria de Governo da Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. **Tabelas**. 13 out. 2014. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/dados/tabelas-1>> Acesso em: 06 dez. 2017.
- CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2017 - Ipea e FBSP**. Rio de Janeiro: IPEA; FBSP, junho 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf> Acesso em: 06 dez. 2017.
- CONCEIÇÃO, Octávio Augusto Camargo. A relação entre o processo de crescimento econômico, mudança e instituições na abordagem institucionalista. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, número especial, p 603–620, 2002b. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2022>> Acesso em: 06 dez. 2017.
- _____. A contribuição das abordagens institucionalistas para a constituição de uma teoria econômica das instituições. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 77–106, 2002a. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2029/2410>> Acesso em: 06 dez. 2017.
- _____. O Conceito de Instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119–146, jul/dez. 2002c. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/23117>> Acesso em: 06 dez. 2017.
- COMIM, Flavio Vasconcellos. **Amartya Sen, o ser humano e a alternativa do diferente**. Entrevistadoras: Graziela Wolfart; Thamiris Magalhães. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, n. 379, p.58-60, 7 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao379.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2017.

EXAME. **O que é a PEC 181 e por que ela causa tanta polêmica** . 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/o-que-e-a-pec-181-e-por-que-ela-causa-tanta-polemica/>> Acesso em: 10 dez. 2017.

GALA, Paulo. A Teoria Institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 2 (90), p. 89-105, abr./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/90-6.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

HODGSON, G. A evolução das instituições: uma agenda para pesquisa teórica futura. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 97-125, 2001.

HECKMAN, James. **Schools, skills, and synapses**. Economic Inquiry, Oregon, v. 46, n. 3, p. 289-324, July 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico IBGE 2010**. 2014. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/1075/cd_2010_trabalho_rendimento_amostra.pdf> Acesso em: 06 dez. 2017.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014 - 2015**. 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>>. Acesso em 10 nov. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – Ipeadata. **Dados sociais**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 10 nov. 2017.

NORTH, Douglass Cecil. **Custos de Transação, Instituições e Desempenho Econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1992.

_____. **Institutions, institutional change and economic performance**. London: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1990.

_____. **Structure and Change in Economic History**. Norton, New York, 1981.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS et al. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Unidades de Desenvolvimento Humano. **Metodologia relativa à construção das Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH)**. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/metodologia/construcao-das-unidades-de-desenvolvimento-humano/> Acesso em: 06 dez. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/consulta/>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

_____. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. **Desenvolvimento Humano e IDH**. [2017]. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>> Acesso em: 06 dez. 2017.

_____. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento - PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2010. **Washington D.C: Communications Development Incorporated, 2010.**

PORTAL BRASIL. **Conheça as principais lutas e conquistas das mulheres.** 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/03/conheca-as-principais-lutas-e-conquistas-das-mulheres>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

SEN, Amartya. **A Ideia de Justiça.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2015.

_____. **Desigualdade Reexaminada.** Rio de Janeiro: Record, 2012.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. **As Pessoas em Primeiro Lugar – A ética do Desenvolvimento e os Problemas do Mundo Globalizado.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.